

PROJETO DE LEI Nº 58/2002

MENSAGEM Nº: 47/2002

RECEBIDA EM: 11 de junho de 2002

Nº DO PROJETO: 58/2002

SÚMULA: Altera anexo I, ações prioritárias, funções de governo, objetivos e metas – LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2002, integrante da lei nº 2057, de 2 de julho de 2001.

AUTOR: Executivo Municipal.

LEITURA EM PLENÁRIO DIA: 10 de junho de 2002.

VOTAÇÃO SIMPLES

PRIMEIRA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 1º de julho de 2002, aprovado com 13 (treze) votos a favor e 01 (uma) ausência.

Votaram a favor: Agostinho Rossi, Arcedinos de Fragas – PFL, Carlinho Antonio Polazzo PFL, Clóvis Gresele – PPB, Dirceu Dimas Pereira – PPS, Laurinha Luiza Dall'Igna – PPB, Leonir José Favim – PMDB, Nelson Bertani – PDT, Nereu Faustino Ceni – PC do B, Pedro Martins de Mello – PFL, Valmir Tasca – PFL, Vilmar Maccari – PDT e Vilson Dala Costa – PMDB.

Ausente o vereador Antonio Urbano da Silva – PSC.

SEGUNDA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 2 de julho de 2002, aprovado com 12 (doze) votos a favor e 02 (duas) ausências.

Votaram a favor: Agostinho Rossi, Carlinho Antonio Polazzo – PFL, Clóvis Gresele – PPB, Dirceu Dimas Pereira – PPS, Laurinha Luiza Dall'Igna – PPB, Leonir José Favim – PMDB, Nelson Bertani – PDT, Nereu Faustino Ceni – PC do B, Pedro Martins de Mello PFL, Valmir Tasca – PFL, Vilmar Maccari – PDT e Vilson Dala Costa PMDB.

Ausentes os vereadores Antonio Urbano da Silva – PSC e Arcedinos de Fragas – PFL

ENVIADO AO EXECUTIVO EM: 3 de julho de 2002.

ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº: 784/2002.

LEI Nº: 2170, de 8 de julho de 2002.

PUBLICADA: Jornal Diário do Povo - Edição nº 2816, do dia 10 de julho de 2002.



O Poder Executivo do Município de Pato Branco, por este ato, faz republicar o conteúdo da Lei Municipal nº 2.170, de 08 de julho de 2002, publicada a primeira vez aos 10 dias do mês de julho de 2002, com erros de digitação. A presente publicação substitui a anterior, convalidando os efeitos dela decorrentes.

LEI Nº 2.170

Data: 08 de julho de 2002.

Súmula: Altera o artigo 8º, o anexo I e o anexo III da lei nº 2.057, de 2 de julho de 2001 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 1º - O artigo 8º da lei nº 2.057, de 2 de julho de 2001 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º - Para o exercício financeiro de 2002, fica estabelecido o montante de R\$ 41.755.000,00 (quarenta e um milhões setecentos e cinquenta e cinco mil reais), como limite para elaboração do Orçamento Fiscal do Município de Pato Branco e de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), para o Orçamento da Companhia de Mineração de Pato Branco.

Parágrafo único - Dos montantes estabelecidos no caput deste artigo, o percentual mínimo de 0,25% será consignado em Reserva de Contingência."

Art. 2º - O anexo I – Ações prioritárias, funções de governo, objetivos e metas – da lei municipal nº 2.057, de 2 de julho de 2001, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002, passa a ser acrescido das seguintes metas:

4. Administração

Principais metas:

Especificação	Unidade de medida	2002
Administração Geral		
Aquisição de veículos	veículo	5

8. Assistência Social

Principais metas:

Especificação	Unidade de medida	2002
Assistência à Criança e ao Adolescente		
Construção de um espaço para implantação de oficinas para o projeto "Oficinas de Integração"	oficina	5

12. Educação

Principais metas:

Especificação	Unidade de medida	2002
Ensino Fundamental		
Construir unidades escolares	unidade	4

15. Urbanismo

Principais metas:

Especificação	Unidade de medida	2002
Infra-estrutura urbana		
Construção de pontos de táxi	unidade	7

20. Agricultura

Principais metas:

Especificação	Unidade de medida	2002
Abastecimento		
Subvencionar a Associação Feira dos Produtores Rurais de Pato Branco - AFEPATÓ	subvenção	1

Art. 3º - O anexo III da lei nº 2.057, de 2 de julho de 2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO III

RISCOS FISCAIS

ESPECIFICAÇÃO	2002	2003	2004	2005
Ações judiciais	73.281,25	305.670,00	351.517,50	369.075,00
Desapropriação de imóveis	31.406,25	117.000,00	117.172,50	123.025,00
TOTAL	104.687,50	446.380,00	468.690,00	492.100,00

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, em 08 de julho de 2002.

Clóvis Santo Padoan
Prefeito Municipal

*Enviado à Prefeitura dia
12/09/02 para republicação*



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.170

Data: 08 de julho de 2002.

Súmula: Altera Anexo I – Ações Prioritárias, Funções de Governo, Objetivos e Metas – LDO, para o exercício de 2002, integrante da Lei nº 2.057, de 02 de julho de 2001.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Anexo I – Ações Prioritárias, Funções de Governo, Objetivos e Metas - da Lei Municipal nº 2057, de 02 de julho de 2001, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002, passa a ser acrescido das seguintes metas:

4. Administração

Principais Metas:

Especificação	Unidade Medida	2002
Administração Geral		
Aquisição de veículos	veículo	5

8. Assistência Social

Principais Metas:

Especificação	Unidade Medida	2002
Assistência à Criança e ao Adolescente		
Construção de um espaço para implantação de oficinas para o projeto "Oficinas de Integração"	oficina	5

12. Educação

Principais Metas:

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

Especificação	Unidade Medida	2002
Ensino Fundamental		
Construir unidades escolares	unidade	4

15. Urbanismo

Principais Metas:

Especificação	Unidade Medida	2002
Infra-Estrutura Urbana		
Construção de pontos de táxi	unidade	7

20. Agricultura

Principais Metas:

Especificação	Unidade Medida	2002
Abastecimento		
Subvencionar a Associação Feira dos Produtores Rurais de Pato Branco – AFEPATÓ	subvenção	1

Art. 2º . Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco em, 08 de julho de 2002.


Clóvis Santo Padoan
Prefeito Municipal

13

DIÁRIO DO POVO

ANO XVI - EDIÇÃO 2816 - PATO BRANCO, QUARTA-FEIRA, 10 DE JULHO DE 2002



Prefeitura Municipal de Pato Branco
ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.170

Data: 08 de julho de 2002.
Súmula: Altera Anexo I – Ações Prioritárias, Funções de Governo, Objetivos e Metas – LDO, para o exercício de 2002, integrante da Lei nº 2.057 de 02 de julho de 2001.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Anexo I – Ações Prioritárias, Funções de Governo, Objetivos e Metas - da Lei Municipal nº 2057, de 02 de julho de 2001, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002, passa a ser acrescido das seguintes metas:

4. Administração

Principais Metas:

Especificação	Unidade Medida	2002
Administração Geral		
Aquisição de veículos	veículo	5


8. Assistência Social

Principais Metas:

Especificação	Unidade Medida	2002
Assistência à Criança e ao Adolescente		
Construção de um espaço para implantação de oficinas para o projeto "Oficinas de Integração"	oficina	5

12. Educação

Principais Metas:



Prefeitura Municipal de Pato Branco
ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

Especificação	Unidade Medida	2002
Ensino Fundamental		
Construir unidades escolares	unidade	4

15. Urbanismo

Principais Metas:

Especificação	Unidade Medida	2002
Infra-Estrutura Urbana		
Construção de pontos de taxi	unidade	7

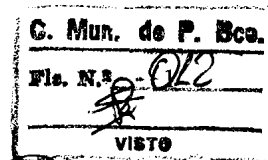
20. Agricultura

Principais Metas:

Especificação	Unidade Medida	2002
Abastecimento		
Subvencionar a Associação Feira dos Produtores Rurais de Pato Branco – AFEFATO	subvenção	1

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco em, 08 de julho de 2002.

Clóvis Padoan
Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 58/2002

Súmula: Altera o artigo 8º, o anexo I e o anexo III da lei nº 2.057, de 2 de julho de 2001 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 1º - O artigo 8º da lei nº 2.057, de 2 de julho de 2001 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8 – Para o exercício financeiro de 2002, fica estabelecido o montante de R\$ 41.755.000,00 (quarenta e um milhões setecentos e cinquenta e cinco mil reais), como limite para elaboração do Orçamento Fiscal do Município de Pato Branco e de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), para o Orçamento da Companhia de Mineração de Pato Branco.

Parágrafo único – Dos montantes estabelecidos no caput deste artigo, o percentual mínimo de 0,25% será consignado em Reserva de Contingência.”

Art. 2º - O anexo I – Ações prioritárias, funções de governo, objetivos e metas – da lei municipal nº 2.057, de 2 de julho de 2001, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002, passa a ser acrescido das seguintes metas:

4. Administração

Principais metas:

Especificação	Unidade de medida	2002
Administração Geral		
Aquisição de veículos	veículo	5

8. Assistência Social

Principais metas:

Especificação	Unidade de medida	2002
Assistência à Criança e ao Adolescente		
Construção de um espaço para implantação de oficinas para o projeto “Oficinas de Integração”	oficina	5

de



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

12. Educação

Principais metas:

Especificação	Unidade de medida	2002
Ensino Fundamental		
Construir unidades escolares	unidade	4

15. Urbanismo

Principais metas:

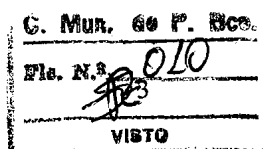
Especificação	Unidade de medida	2002
Infra-estrutura urbana		
Construção de pontos de táxi	unidade	7

20. Agricultura

Principais metas:

Especificação	Unidade de medida	2002
Abastecimento		
Subvencionar a Associação Feira dos Produtores Rurais de Pato Branco - AFEPATÓ	subvenção	1

Art. 3º - O anexo III da lei nº 2.057, de 2 de julho de 2001 passa a vigorar com a seguinte redação:



Câmara Municipal de Pato Branco

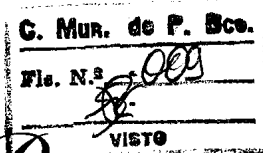
Estado do Paraná

ANEXO III

RISCOS FISCAIS

ESPECIFICAÇÃO	2002	2003	2004	2005
Ações judiciais	73.281,25	305.670,00	351.517,50	369.075,00
Desapropriação de imóveis	31.406,25	117.000,00	117.172,50	123.025,00
TOTAL	104.687,50	446.380,00	468.690,00	492.100,00

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 58/2002

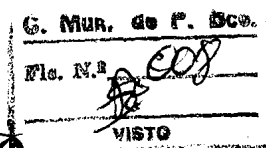
Através do projeto de lei em análise, pretende o Executivo Municipal, obter autorização legislativa para alterar anexo I – Ações prioritárias, funções de governo, objetivos e metas - LDO, para o exercício de 2002, integrante da lei nº 2057/2001 – de 2 de julho de 2001.

A lei nº 2057/2001 dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração da Proposta Orçamentária, Normas de Execução Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2002.

O que se pretende com a alteração da referida lei, é modificar alguns itens, tendo em vista a necessidade de melhor atender a administração municipal e algumas secretarias, como:

- Administração, tinha como previsão para aquisição a quantidade de 3 veículos, passando para 5;
- Assistência Social – Assistência à Criança e ao Adolescente – não possuía o item de construção de um espaço para implantação de oficinas para o projeto Oficinas de Integração, acrescentando 5 oficinas;
- Educação – Ensino Fundamental – tinha como previsão a construção de uma escola, passando para 4 unidades;
- Urbanismo – Infra-estrutura Urbana – não possuía o item construção de pontos de táxi, acrescentando 7 unidades;
- Agricultura – Abastecimento – não possuía o item subvencionar a Associação Feira dos Produtores Rurais de Pato Branco – AFEPTO, acrescentando uma subvenção.

No anexo III da referida lei serão alterados valores para Ações Judiciais e Desapropriação de Imóveis.



Câmara Municipal de Pato Branco

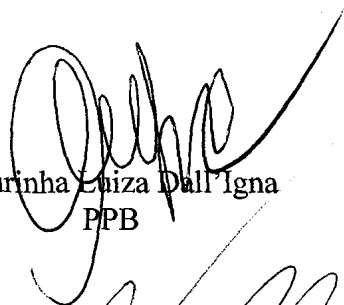
Estado do Paraná

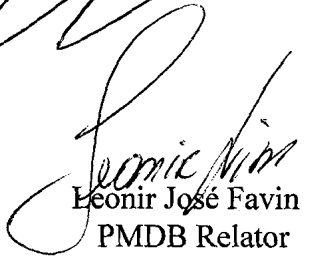
Sendo necessárias referidas alterações para o bom desempenho dos trabalhos da Administração Municipal e Secretarias e considerando o fato de que as metas não foram incluídas na LDO, após analisarmos a matéria, esta comissão emite **PARECER FAVORÁVEL** a tramitação e aprovação da mesma..

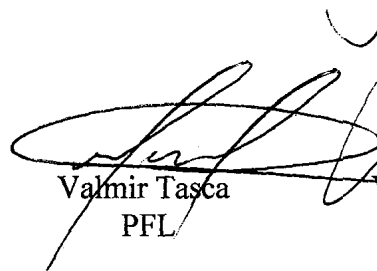
É o parecer, SMJ.

Pato Branco, 27 de junho de 2002.


Agostinho Rossi
Presidente


Laurinha Luiza Dall' Igna
PPB


Leonir José Favini
PMDB Relator

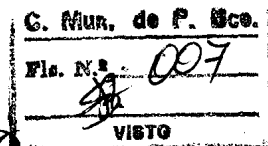

Valmir Tasca
PFL


Vilmar Maccari
PDT



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



ASSESSORIA CONTÁBIL

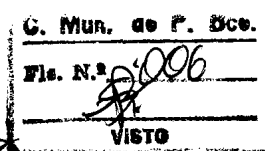
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 058/2002

Busca o Executivo Municipal apoio do douto Plenário desta Casa de Leis, para aprovar o **Projeto de Lei nº 058/2002**, que altera anexo I e o anexo III da Lei nº 2057, de 02 de julho de 2001- Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A L.D.O por estabelecer princípios, normas, regras e gestão fiscal responsável, pressupondo uma ação planejada e transparente, controlando as receitas e despesas através de programação financeira, prevendo a fixação e o cumprimento das metas estabelecidas, são necessárias modificações para a transparência das ações praticadas pelo executivo municipal.

Buscando dessa forma o Executivo adequar a Lei de Diretrizes Orçamentárias conforme seu planejamento e previsão no decorrer do exercício de 2002, fazendo mudanças dos itens abaixo exemplificados, que constavam no anexo I - da Lei nº 2057/2001 ou estão sendo acrescidos.

1. **No item 4 - ADMINISTRAÇÃO** - Administração Geral - tinha como previsão para aquisição a quantidade de 3 veículos, passando para 5;
2. **No item 8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL** - Assistência à Criança e ao Adolescente - não possuía o item de "Construção de um espaço para implantação de oficinas para o projeto "Oficinas de integração", acrescentando 5 oficinas;
3. **No item 12 - EDUCAÇÃO** - Ensino Fundamental - tinha como previsão a construção de 1 escola, passando para 4 unidades;
4. **No item 15 - URBANISMO** - Infra-Estrutura Urbana - não possuía o item Construção de pontos de táxi, acrescentando 7 unidades e
5. **No item 20 - AGRICULTURA** - Abastecimento - não possuía o item Subvencionar a Associação Feira dos Produtores Rurais e Pato Branco - AFEPTO, através de 1(uma) subvenção.



Câmara Municipal de Pato Branco

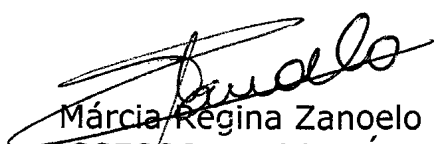
Estado do Paraná

Enquanto o artigo 3º do Projeto de Lei modifica o anexo III da Lei nº 2057/2001, alterando valores para Ações Judiciais e Desapropriação de Imóveis. Anexamos cópia do anexo III da Lei nº 2057/2001 para comparação pelos senhores vereadores.

Ressaltamos porem, que no art.3º consta: "...Lei nº 2057 de 02 de julho de 2002 ...", quando o correto é 2001. Sendo necessário adequar a redação.

A matéria foi apresentada dentro do que disciplina a Lei, encontrando-se apta para seguir seus tramites legais e regimentais.

É o nosso parecer, S.M.J.
Pato Branco, 27 de junho de 2002.


Márcia Regina Zanoelo
ASSESSORIA CONTÁBIL
CO-CRC-PR Nº 027.823/0-3



Prefeitura Municipal de Pato Branco
ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

Fla. N.º	005
C. Mun. do P. Br.	
VISTO	

Anexo III da Lei N.º 2057/2001

ANEXO III
RISCOS FISCAIS

ESPECIFICAÇÃO	2002	2003	2004	2005
Ações judiciais	290.000,00	305.670,00	321.220,00	333.660,00
Desapropriação de imóveis	111.000,00	117.000,00	121.000,00	130.000,00
TOTAL	401.000,00	422.670,00	442.220,00	463.660,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

RECEBIDO	
Data:	11/6/2002
Hora:	15h Sueli
CAMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO	

C. Mun. de P. Bco.
Fls. N.º 004
VISTO

MENSAGEM Nº 047/2002.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

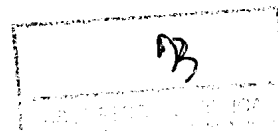
Estamos encaminhando para a devida apreciação desse Legislativo alteração do Anexo I – Ações Prioritárias, Funções de Governo, Objetivos e Metas – integrante da Lei 2.056/2001 – Plano Plurianual, e a alteração do Anexo I da Lei 2.057, de 02 de julho de 2001, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Por meio destas alterações, procuramos conciliar os recursos com as aplicações necessárias, visando atender as crescentes necessidades da Administração Municipal.

Certos do apoio e compreensão dos nobres edis para o caso em enfoque, apresentamos nossos agradecimentos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, em 7 de junho de 2002.

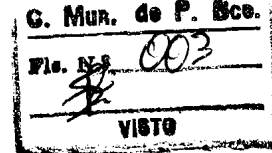

Clóvis Santo Padoan
Prefeito Municipal





Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI Nº 582002

Altera o Artigo 8º, o Anexo I e o Anexo III da Lei nº 2.057 de 02 de julho de 2001 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 1º - O artigo 8º da Lei nº 2057 de 02 de julho de 2001- lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º. Para o exercício financeiro de 2002, fica estabelecido o montante de R\$ 41.755.000,00 (quarenta e um milhões setecentos e cinquenta e cinco mil reais), como limite para elaboração do Orçamento Fiscal do Município de Pato Branco e de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), para o Orçamento da Companhia de Mineração de Pato Branco.

Parágrafo único. Dos montantes estabelecidos no *caput* deste artigo, o percentual mínimo de 0,25% será consignado em Reserva de Contingência.”

Art. 2º - O Anexo I – Ações Prioritárias, Funções de Governo, Objetivos e Metas – da Lei Municipal nº 2057, de 02 de julho de 2001, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002, passa a ser acrescido das seguintes metas:

4. Administração

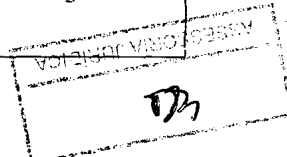
Principais Metas:

Especificação	Unidade Medida	2002
Administração Geral		
Aquisição de veículos	veículo	5

8. Assistência Social

Principais Metas:

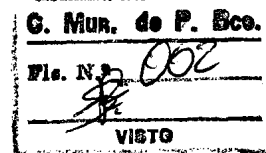
Especificação	Unidade Medida	2002
Assistência à Criança e ao Adolescente		
Construção de um espaço para implantação de oficinas para o projeto “Oficinas de Integração”	oficina	5





Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



12. Educação

Principais Metas:

Especificação	Unidade Medida	2002
Ensino Fundamental		
Construir unidades escolares	unidade	4

15. Urbanismo

Principais Metas:

Especificação	Unidade Medida	2002
Infra-Estrutura Urbana		
Construção de pontos de táxi	unidade	7

20. Agricultura

Principais Metas:

Especificação	Unidade Medida	2002
Abastecimento		
Subvencionar a Associação Feira dos Produtores Rurais de Pato Branco – AFEPATÓ	subvenção	1

u

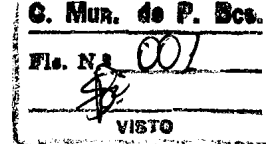
Q

77



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



Art. 3º - O Anexo III da Lei nº 2057 de 02 de julho de 2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO III

RISCOS FISCAIS

ESPECIFICAÇÃO	2002	2003	2004	2005
Ações judiciais	73.281,25	305.670,00	351.517,50	369.075,00
Desapropriação de imóveis	31.406,25	117.000,00	117.172,50	123.025,00
TOTAL	104.687,50	446.380,00	468.690,00	492.100,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Clóvis Santo Padoan
Prefeito Municipal